



Demonstrações Financeiras do Exercício de 2013

Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) submete para apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e suas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2013, acompanhado dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

Esses documentos foram elaborados na forma dos dispositivos contidos na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades Anônimas, legislação que rege a administração das empresas da economia mista.

PERFIL DA EMPRESA

A DESO é movida pelo desafio de garantir o bem-estar da população promovendo ações voltadas ao saneamento básico. Somos uma empresa de economia mista criada em 25 de agosto de 1969, responsável por estudos, projetos e execução de serviços de abastecimento de água, e esgotamento sanitário. Nosso principal acionista é o Governo do Estado de Sergipe, que detém 99% do total de ações.

O mercado preferencial da DESO é o Estado de Sergipe, onde o abastecimento de água é operado em 71 das 75 sedes municipais. A empresa tem o compromisso de garantir a qualidade de vida da população atendida nessas cidades e em mais 563 povoados. A atuação reflete no apoio direto ao desenvolvimento humano dos clientes residenciais, comerciais, industriais, e do setor público. O atual índice de cobertura dos serviços de água é de 89,2%.

São 6.542 quilômetros de extensão de rede de Adutoras e de Distribuição sendo operados pela DESO. Esta estrutura de adução permite que a água captada e tratada atenda a demanda de 555.056 Economia de Água (domicílios/estabelecimentos). O acréscimo de novas economias em relação ao ano anterior foi de 21.979.

A evolução dos indicadores também é percebida no aumento da segurança hídrica e na expansão da estrutura

sanitária, graças aos investimentos feitos no setor. Mais de R\$ 72 milhões foram destinados ao saneamento básico pelos governos do Estado e Federal. Foram R\$ 34 milhões de recursos recebidos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, a DESO conseguiu a aprovação de 6 novos projetos, selecionados pelo Governo Federal a partir da qualidade técnica.

CONSOLIDAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Com o volume de recursos garantidos através do PAC, o Governo do Estado realizou obras que priorizaram não somente a expansão dos sistemas de abastecimento de água, mas principalmente a sua regularidade. Esta segurança do abastecimento foi colocada em prática a partir de uma série de obras estruturantes das quais a barragem do rio Poxim é o seu exemplo mais eloquente.

A barragem representa um marco, um conceito: não basta só ampliar o acesso à água, é fundamental garantir o acesso e a regularidade do abastecimento. O reflexo desses investimentos foi sentido por toda a população do Estado no ano de 2013, quando durante uma das piores secas enfrentadas no País, nos últimos 50 anos, não ocorreu no Estado e na sua capital nenhum problema de racionamento.

A ampliação da infraestrutura sanitária é outra prioridade da empresa. A Deso realiza, na Grande Aracaju, obras de expansão da cobertura de coleta e tratamento de esgoto. O índice de cobertura passou de 32%, em 2007, para 50%, em 2013 e existem recursos garantidos para uma cobertura próxima de 90% nos próximos anos. O resultado desses investimentos será percebido ao longo do tempo, com a redução das doenças de veiculação hídrica e da carga orgânica lançada nos corpos d'água, implicando a preservação do meio ambiente.

A Deso assumiu o compromisso de empregar mais agilidade ao desempenho de atividades técnicas, operacionais, comerciais e administrativas. A empresa investe prioritariamente em tecnologias para expandir o padrão de atendimento dedicado ao cliente. Ao longo do ano, foram investidos recursos para início da operação do

Sistema de Gestão Integrada (ERP Pirâmide), com a realização de treinamentos dos empregados e adequação dos dados para a definitiva transição do sistema antigo. A ferramenta é utilizada para gerenciar todos os setores da empresa.

O aprimoramento da empresa reflete na qualidade dos serviços prestados à população, sendo que as ações desenvolvidas na parte ambiental e de gestão renderam prêmios de reconhecimento nacional. Pelo segundo ano consecutivo, a Deso recebeu o Prêmio Socioambiental Chico Mendes devido ao Projeto Técnico Socioambiental – PTSA, focado na diminuição do impacto relacionado às obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Aracaju e sede do município de Barra dos Coqueiros.

Em 2013, também foi conquistado o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento – PNQS – Nível B, Troféu Cobre. Através da Gerência de Operações Regional Centro-Oeste, a Deso obteve a premiação da categoria "Primeiros Passos para a Excelência", concedida pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes). Na mesma edição, a Regional Norte recebeu diploma pela participação no PNQS, e a Gerência Socioambiental teve o trabalho socioambiental selecionado entre as dez melhores práticas de inovação de gestão no setor.

O novo tempo do saneamento básico em Sergipe se constrói com a consolidação de investimentos em infraestrutura, mas também com o compromisso com os valores humanos e ambientais.

Antônio Sérgio Ferrari Vargas
Diretor Presidente

Haroldo Anderson Déda Filho
Diretor de Gestão Corporativa

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor de Meio Amb e Eng.

Silvio Múcio Farias
Diretor de Operações

Amito Brito Filho
Diretor Comercial Financeiro

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

	R\$(1)	R\$(1)
CIRCULANTE	31/12/2013	31/12/2012
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	84.409.888	93.535.472
Caixa e bancos	8.953.750	11.199.091
Aplicações de liquidez imediata	3.353.466	2.226.904
DIREITOS REALIZÁVEIS	5.600.284	8.972.187
Contas a receber de Usuários (Nota 3)	75.456.138	82.336.381
Estoques (Nota 3)	68.542.909	77.209.202
Outros créditos	2.120.871	2.005.598
NÃO-CIRCULANTE	4.792.358	3.121.581
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.151.023.506	1.102.562.881
Depósitos judiciais (Nota 3)	665.342	703.846
IMOBILIZADO (Nota 3)	665.342	703.846
IMOBILIZADO (Nota 3)	1.150.358.164	1.101.859.035
TOTAL DO ATIVO	1.235.433.394	1.196.098.353

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO

	R\$(1)	R\$(1)
CIRCULANTE	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores	109.823.083	89.857.968
Retenções contratuais	44.758.144	31.898.283
Provisão de férias e gratificação	964.479	1.041.556
Contas a pagar Energia Elétrica (Nota 4)	9.424.512	6.575.948
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 5)	3.511.110	3.841.201
Empréstimos e financiamentos (6)	8.383.370	7.297.088
Parcelamentos (Nota 7)	24.944.022	22.917.372
Consignações a recolher	16.075.403	15.816.966
Salários e ordenados a pagar	852.798	556.621
Outros débitos	796.310	-
NÃO-CIRCULANTE	112.935	112.934
Parcelamentos (Nota 7)	153.912.187	170.511.417
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	66.883.670	76.763.315
Provisão Para Contingências (nota 8)	28.969.628	29.908.483
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	28.742.999	34.752.519
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	29.315.890	29.087.100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	971.698.124	935.728.968
Capital realizado (Nota 11)	899.488.607	671.551.818
Subscrito	899.488.607	671.551.818
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 10)	291.248.898	468.559.236
Prejuízos Acumulados	-239.151.764	-224.494.469
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.235.433.394	1.196.098.353

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	R\$(1)	R\$(1)
	1/1/2013	1/1/2012
	A	A
	31/12/2013	31/12/2012
Receita Operacional Líquida (Nota 13)	341.271.350	323.953.788
Custo dos Serviços (Nota 14)	-224.274.852	-206.683.871
Lucro Bruto	116.996.498	117.269.917
Despesas Operacionais	-118.991.585	-115.104.592
Comerciais (Nota 15)	-50.624.729	-29.231.723
Administrativas (Nota 15)	-73.941.248	-67.952.448
Despesas fiscais e tributárias	-2.488.871	-10.992.292
Outras Receitas (despesas operacionais)	2.053.744	-260.123
Contingências Cíveis e Trabalhistas	6.009.519	-6.668.006
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	-1.995.087	2.165.325
Receitas (Despesas) Financeiras	-12.662.208	-13.539.678
Receitas	663.705	504.743
Juros e encargos financeiros	-10.608.171	-12.313.284
Variações Monetárias	-2.717.742	-1.731.137
Lucro/(Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições	-14.657.295	-11.374.353
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-1.183.382
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	-14.657.295	-12.557.735
Prejuízo por Ação do capital social (por lote de 1.000 ações)	-1,41	-1,62
Quantidade de Ações	10.362.771.972	7.736.772.099

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	PERÍODO DE 1/1/2013	PERÍODO DE 1/1/2012
	A	A
	31/12/2013	31/12/2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	-14.657.295	-12.557.735
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido Aplicado/obtido nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	87.185.571	68.084.853
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	35.247.236	33.895.913
Provisão/pérdidas na realização de créditos	800	-266.355
Provisão p/contingências	24.327.017	13.742.587
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	14.429.340	6.668.006
Varição monetária sobre financiamentos	10.463.435	12.313.565
Total	2.717.743	1.731.137
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes:	72.528.276	55.527.118
Cientes	-15.660.724	-39.994.682
Estoques	-115.273	-133.151
Outros créditos	-1.670.777	-397.771
Outras contas ativas de longo prazo	9.075.623	-4.760.995
Fornecedores	12.859.863	-1.063.320
Retenções contratuais	-77.077	43.745
Contas a pagar	-330.091	765.340
Impostos, taxas e contribuições diversas	1.086.281	937.989
Consignações a recolher	236.176	43.044
Provisão p/ Férias e Gratificação	2.848.564	1.872.170
Salários e ordenados a pagar	796.310	-600.362
Total Aumento/(diminuição) Contas do Circulante	9.108.875	-43.287.993
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	81.637.151	12.239.125
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-83.747.165	-63.861.800
Recebido por venda de ativo imobilizado	-	138.100
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-83.747.165	-63.723.700
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Adiantamento p/futuro aumento de capital	50.626.450	61.484.583
Ajuste de Exercício Anterior	-29.475.977	-
Parcelamento de Dívidas Tributárias	-	8.883.219
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	-14.486.428	-12.816.941
Emprestimos Obtidos com Instituições Financeiras	33.167.746	72.867.284
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	-40.195.907	-78.574.530
Recursos Vinculados a Convênios	228.789	4.421.121
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-135.327	56.264.736
CAIXA (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES	-2.252.341	4.870.161
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO	11.199.091	6.418.930
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	8.953.750	11.199.091

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2013)

R\$(1)

ESPECIFICAÇÕES	CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
SALDOS EM 31/DEZ/11		671.551.818	20.112.383	-182.460.756	407.074.653	916.278.098
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL		-	-	-	61.484.583	61.484.583
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-	-	-12.557.735	-	-12.557.735
AJUSTE VERIFICADO EM 2013 (NOTA 16)		-	-	-29.475.978	-	-29.475.978
SALDOS EM 31/DEZ/12		671.551.818	20.112.383	-224.494.469	468.559.236	935.728.968
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL		-	-	-	50.626.451	50.626.451
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	227.936.789	-	-	-	-227.936.789	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-	-	-14.657.295	-	-14.657.295
SALDOS EM 31/DEZ/13		899.488.607	20.112.383	-239.151.764	291.248.898	971.698.124

Antônio Sérgio Ferrari Vargas
Diretor Presidente

Haroldo Anderson Deda Filho
Dir. De Gestão Corporativa

Carlos F. De Melo Neto
Dir. De Meio Ambiente e Eng.

Silvio Múcio Farias
Diretor de Operações

Amito Brito Filho
Dir. Comercial Financeiro

Gilson Ribeiro de Jesus
Contador CRC/ISE 1923

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013

[Valores Expressos em R\$(1)]

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto-Lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e esgotos sanitários;

- fixar e arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;

- estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral;

- cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários em geral, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a AGENCIA REGULADORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (LEI Nº 6.977 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 72 sedes municipais operadas, 10 (dez) dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos. Portanto, 86% dos municípios que a empresa opera está com os contratos formalizados. Em 31 de dezembro de 2013, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/dez./13 e 31/dez./12 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido do período e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda

com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 ainda não emitido)

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a comparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

APURAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

A Companhia registra como prática contábil o reconhecimento da receita a faturar, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados os ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Particulares	156.557.769	142.002.750
Público	73.396.158	73.768.883
Contas a Faturar	17.313.613	15.835.182
(-) Perdas Prováveis c/Clientes	(178.724.631)	(154.397.613)
Contas a Receber, líquido	68.542.909	77.209.202

Os montantes constituídos na rubrica de Perdas Prováveis com clientes foram debitados ao resultado do exercício de 2013 com base nos seguintes critérios:

1) Contabilização como despesas no exercício de 2013 o montante de R\$ 24.327.017 atribuído às Perdas do período e formação de provisão.

ESTOQUES

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2013	2012
Almoxarifado Central	2.120.871	2.005.598
TOTAL	2.120.871	2.005.598

DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam depósitos judiciais referentes a processos trabalhistas e Cíveis

h) IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infra-estrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./13

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRE- CIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	937.502.773	260.279.497	677.223.276
Sistema de Esgoto	230.198.421	49.749.216	180.449.205
Bens de Uso Geral	83.199.462	49.968.831	33.230.631
Subtotal em Operação	1.250.900.656	359.997.544	890.903.112
Obras em Andamento	259.455.054	0	259.455.054
TOTAL GERAL	1.510.355.710	359.997.544	1.150.358.166

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./12

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRE- CIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	925.779.613	233.972.496	691.807.117
Sistema de Esgoto	220.019.307	45.277.825	174.741.482
Bens de Uso Geral	77.887.620	45.502.188	32.385.432
Subtotal em Operação	1.223.686.540	324.752.509	898.934.031
Obras em Andamento	202.925.004	0	202.925.004
TOTAL GERAL	1.426.611.544	324.752.509	1.101.859.035

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS DE DEPRECIÇÃO
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

i) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

j) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/dez./13. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de

eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

K) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO-CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

NOTA 4. CONTAS A PAGAR ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos correspondem às seguintes obrigações

DESCRIÇÃO	2013	2012
Cercos	23.518	8.582
Coelba	70.095	64.420
Energisa	3.219.051	3.563.459
Sulgipe	198.446	204.740
TOTAL	3.511.110	3.841.201

NOTA 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Cofins	1.805.057	1.450.008
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.216.847	1.055.477
FGTS	866.671	594.231
INSS	2.716.029	2.314.012
PIS PASEP	391.916	314.236
Outros	1.386.850	1.569.124
TOTAL	8.383.370	7.297.088

NOTA 6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Bc Brasil ct 3611000004	7.147.455	7.074.767	14.222.222	ago/2016	5,25	CDI
Banco Daycoval Ct 718086	3.443.374	6.590.826	10.034.200	10/2017	6,17	CDI
Bic Banco ct 12144011	4.015.849	4.406.970	8.422.819	03/2016	6,17	CDI
Bic Banco ct 0011065398	1.906.110	-	1.906.110	out/2014	10,03	CDI
Bic Banco ct 11986892	5.947.250	6.307.984	12.255.234	out/2016	6,17	CDI
Instituto Assistencial da DESO	2.483.984	4.589.081	7.073.065	fev/2017	5,80	CDI
TOTAIS	24.944.022	28.969.628	53.913.650	-	-	-

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arcação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 5,25% a 10,03% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para OUTUBRO de 2017.

NOTA 7. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
Receita Federal Lei 11.941	7.813.162	56.138.253	63.951.415	Out/2024
INSS Parcelamento proc. 365585831	3.578.706	3.031.012	6.609.718	Nov/2015
RFB P. Ordinário Proc. 10510720264-67	2.473.457	2.713.475	5.186.932	Mar/2016
RFB Cofins Proc. 51612000082-05	1.833.318	4.148.401	5.981.719	Abr/2017
RFB Pasep Proc. 51712000192-20	376.760	852.529	1.229.289	Abr/2017
T O T A I S	16.075.403	66.883.670	82.959.073	

A Companhia aderiu ao parcelamento do governo estabelecido através da Lei nº 11.941 de 28 de maio de 2009, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de novembro de 2008, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela TJLP e mensalmente com base na SELIC.

NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte de diversos processos de origem, trabalhistas e cíveis, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas e cíveis, conforme demonstradas a seguir.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA BASE 31/DEZ./13	PROVISÃO EM 31/DEZ./13	PROVISÃO EM 31/DEZ./12
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	23.637.717	23.637.717	3.371.749
Possível	4.922.478	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	5.105.282	5.105.282	10.941.910
Possível	82.661.594	-	-
TOTAIS	116.327.071	28.742.999	14.313.659

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	2013	2012
Prefeitura de Aracaju	16.887.992	16.887.992
Secretaria da Infra-estrutura - SEINFRA	10.000.000	10.000.000
Secretaria do Planejamento - SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária - INCRA	228.790	-
TOTAL	29.315.890	29.087.100

Neste exercício foi recebido R\$ 228.789 para ser aplicado em obras de construção em infra-estrutura, mediante assinatura de convênios específicos.

NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 50.626.451 a título de créditos para aumento de capital, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infra-estrutura, e destinados para futura integralização do capital social em nome do Governo do Estado de Sergipe, cujos recursos foram aplicados em diversas obras de saneamento e esgotamento.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 11.000.000.000 de ações. Em 31/dez./13, o capital social integralizado era de R\$ 899.488.607, composto por 10.362.771.972 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 8.600.000.000 de ações ordinárias e 1.762.771.972 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado – SE	8.599.999.537	1.737.662.695	10.337.662.232	897.309.082
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCs	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
TOTAIS	8.600.000.000	1.762.771.972	10.362.771.972	899.488.607

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2013 e 2012.

NOTA 12. PLANO ASSISTENCIAL

A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul/91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago./91.

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para complementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantenedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) jóias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

Auxílio Desemprego

O auxílio desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo "índice etário" da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previsto anteriormente, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2013 a mantenedora repassou a DESUS o montante de R\$ 1.227.295, sendo o valor de R\$ 1.104.566 destinados aos fundos e R\$ 122.729 para o custeio das despesas de administração.

Na data de 31/dez./13 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 549 associados.

NOTA 13 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Água	308.289.558	284.542.952
Receitas de Esgoto	44.918.659	40.832.928
Receitas de Outros serviços	21.219.020	16.359.980
Receitas a Faturar	1.478.632	13.823.821
Total das Receitas Operacionais	375.905.869	355.559.681
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(28.456.470)	(25.964.557)
PIS/PASEP	(6.178.049)	(5.641.336)
Total das deduções	(34.634.519)	(31.605.893)
Total da Receita Operacional Líquida	341.271.350	323.953.788

NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Pessoal	(100.718.545)	(87.759.143)
Material	(16.402.576)	(18.577.763)
Serviços de Terceiros	(69.207.148)	(66.919.510)
Depreciação	(33.352.720)	(31.675.891)
Outros custos	(4.593.863)	(1.751.564)
Total dos Custos dos Serviços	(224.274.852)	(206.683.871)

NOTA 15 – DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Despesas Comerciais		
Pessoal	(12.113.822)	(8.544.811)
Material	(64.028)	(81.644)
Serviços e Terceiros	(6.929.195)	(5.995.301)
Perdas de Crédito	(24.327.017)	(13.742.588)
Outras despesas comerciais	(7.190.667)	(867.378)
Total das Despesas Comerciais	(50.624.729)	(29.231.723)
Despesas Administrativas		
Pessoal	(37.307.050)	(37.316.985)
Material	(5.338.076)	(6.944.290)
Serviços de Terceiros	(28.974.739)	(22.685.812)
Depreciação	(1.894.516)	(1.159.522)
Valores Transferidos para Custos	(426.867)	154.161
Total das Despesas Administrativas	(73.941.248)	(67.952.448)

NOTA 16 - MUDANÇA DE POLÍTICA CONTÁBIL E AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR

A empresa nesse exercício, com a finalidade de adequar seus procedimentos as normas contábeis vigentes, reconheceu como ajuste de exercícios anteriores em conta de Patrimônio Líquido, tendo como contrapartida a conta de Depósitos Judiciais no ativo circulante, o montante de R\$ (1) 9.037.118 e a conta de Provisão para Contingências no passivo circulante, o montante de R\$ (1) 20.438.860, respectivamente relativos à baixa de depósitos judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) e a constituição de provisão para contingências trabalhistas.

Em função da adoção dos procedimentos, os ajustes de exercícios anteriores, demonstrados em conta do patrimônio líquido, foram reconhecidos com efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis apresentadas de forma comparativa, conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CFC nº 1.179/09).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Recife, 20 de fevereiro de 2014.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
Aracaju – SE

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

1) Os exames efetuados nos controles internos da companhia para o saldo do Ativo Imobilizado (técnico e projetos de obras em andamento), indicam a necessidade de ajustes no processo de informação que alimentam os sistemas. Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria que permitisse uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas respectivas rubricas e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas, razão pela qual, deixamos de emitir opinião sobre o saldo dessa conta.

2) Conforme descrito na nota explicativa "3d", a companhia não realizou os testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos, conforme Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para os reconhecimentos de perdas decorrentes da aplicação desse procedimento. Da mesma forma, a companhia não efetuou estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os possíveis efeitos decorrentes de utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado nos exercícios de 2013 e 2012.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos que possam advir dos assuntos descritos nos parágrafos de "1" e "2" de **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO, em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

1) Conforme mencionado na nota explicativa "1", a companhia presta serviços para 72 municípios do Estado de Sergipe, mediante contratos de concessão com prazos que variam de 20 a 30 anos, sendo que, 10 contratos encontram-se vencidos e os contratos vigentes não atendem à Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras para concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.261/09 alterada pela Resolução nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da compan-

hia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão a nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2013 e 2012.

2) Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 de Provisão para contingências, a companhia é parte passiva em diversos processos de ações cíveis e trabalhista, adotando como critério reconhecer a provisão integral sobre os valores estimados como de perdas prováveis. Na opinião formal dos consultores jurídicos, base de apoio dos nossos exames, o montante provisionado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos. Da mesma forma, apesar de mencionado que não existe auto de infração indicando passivos tributários contra a companhia com expectativa de perda possível ou provável, as declarações de rendimentos e as contribuições sociais estão sujeitas a eventual lançamento adicional dos tributos por parte das autoridades fiscais durante o prazo de cinco anos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 01 de março de 2013, o qual, conteve modificações quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos "1", incluindo destaque para as Contas a Receber de Usuários e Depósitos Judiciais e "2" de Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis e mesmas ênfases constantes dos parágrafos "1" e "2" deste Relatório dos Auditores Independentes.

Ajustes de exercícios anteriores - comparabilidade

Em função dos ajustes descritos na nota explicativa 16 as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram ajustadas para fins comparativos, nos termos da Resolução nº 1.179/09 do Conselho Federal de Contabilidade.



AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS 3.688/O-2 S-SE
ROBERTO CALDAS BIANCHESSI
CONTADOR CRC/RS 040078/O-7 S-SE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - Audilink Auditores & Consultores, com data de 20 de fevereiro de 2014, com ressalva e parágrafos de ênfase, elaborado

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Exceto pela ressalva e parágrafos de ênfase, apontados no Relatório da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria

Independente Audilink Auditores & Consultores, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.
Aracaju (Se), 21 de março de 2014.

José Anderson Santos de Jesus
Jairo Henrique Cordeiro de Menezes
Gustavo Alves Tillmann